

CAUSAS E CARACTERÍSTICAS DA INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA (*).

As causas e as características da independência da América foram expostas em Madri, no período de 1 a 12 de outubro de 1949, por um grande número de historiadores americanos e espanhóis. A reunião denominou-se Primeiro Congresso Hispano-Americano de História, e os organizadores espanhóis convidaram gentilmente, muitos estudiosos. Alguns compareceram pessoalmente, ao passo que outros apenas enviaram trabalhos. Com tudo o que foi dito e apresentado, publicou-se as **Ediciones de Cultura Hispánica**, em 1953, um volume de mais de 500 páginas. As conclusões aprovadas e resumos muito complexos dos trabalhos representam a última palavra dos historiadores hispano-americanos, em relação ao grande problema das origens da independência americana. Deixamos de lado certas conclusões e certos votos, porque êles, como é de hábito nos congressos, não valem mais do que o papel que utilizaram. A reforma dos textos e manuais de estudo de História, que Rómulo Zabala e nós próprios defendemos há muitos anos, voltou a ser aprovada, sem esperanças de concretização. Recomendou-se chamar período espanhol exatamente aquêle que deve ser chamado colonial, por causa da extraordinária obra de colonização e civilização, que a Espanha desenvolveu na América. Finalmente, aprovou-se a conclusão geral de que

“a Revolução americana não é um episódio isolado, cuja explicação deva ser procurada na brusca atuação de uma ou várias causas concretas, mas um processo espiritual completo, vinculado à história universal, para cuja compreensão faz-se necessário um conhecimento profundo da história pré-revolucionária”.

frase essa que encerra mais erros do que linhas, porque estas não passam de 4 ou 5, e os erros chegam a 7. De fato, o primeiro erro é continuar chamando revolução o que foi, exclusivamente, uma guerra civil; o segundo é pensar que a pseudo-

(*). — Texto em espanhol, traduzido por Zilah de Arruda Novaes (*Nota da Redação*).

revolução foi americana, quando, na realidade, foi, especialmente, espanhola e peninsular; o terceiro êrro reside na afirmação de que não se tratou de um episódio isolado, quando êle não teve nenhuma relação com outros países fora da Espanha e de parte do Continente Americano; o quarto êrro é imaginar que as suas causas foram muitas, quando não passaram de algumas, tais como a guerra civil entre os partidários das Juntas e os do Conselho de Regência; o quinto êrro consiste em denominar espiritual um processo que foi complexo e político; o sexto êrro reside em acreditar em que êste processo estivesse vinculado à história universal, quando é bem sabido que êle nada teve a ver com países longínquos ou próximos, conforme já dissemos anteriormente; finalmente, o sétimo êrro é afirmar que, para compreendê-lo faz-se necessário um conhecimento profundo da história pré-revolucionária, conhecimento êsse que resulta totalmente inútil, pois a independência nasceu dos acontecimentos peninsulares de 1808, e não conta, anteriormente, na América, com nenhuma fôrça capaz de lhe servir de origem.

No meio de muitas desorientações, há, não obstante, grandes acertos. O doutor Victor Andrés Belaunde, peruano, compreende muito bem que a independência não nasceu de causas econômicas. A história argentina, com o rechaço das invasões inglesas, dá a êste eminente historiador uma prova indiscutível

“de que não era o econômico o fator decisivo da nossa independência da América”.

Na sua opinião, talvez para corresponder às muitas gentilezas que recebeu dos historiadores espanhóis, é certa a tese de que

“a causa fundamental da independência da América residiu no fato de a Espanha ter criado uma multidão de consciências nacionais, na sua gloriosa fecundidade; a Espanha havia realizado um milagre, que só pode ser comparado ao milagre do Criador, de Deus: havia criado almas, ao seu lado”.

Tudo isso é muito bonito é justo, mas o doutor Belaunde acrescenta que a Ibéria de ultramar

“queria rivalizar com a outra Ibéria do Velho Continente”.

E', um pouco, a explicação elementar da “maioridade”: a jovem Espanha (da América), que se levanta contra a

velha Espanha (da Europa). Incurremos outra vez em um êrro ou estamos tomando uma grande liberdade poética ou histórica: não há espaço para explicar que a América dividiu-se em duas partes, da mesma forma que a Espanha: um grande partido, que defendia os direitos naturais do homem, expostos nas Juntas locais do govêrno, e o sistema liberal como político; e outro grande partido, que defendia o Conselho de Regência e, logo, o despotismo de Fernando VII. Êsses partidos, tanto na América como na Península, combateram forte e amplamente entre si, até que a América ficou independente, conservando o liberalismo, e a Espanha mantendo o seu absolutismo. As discussões, sempre tão úteis e prolíferas, não existiram, ou, pelo menos, não foram trasladadas para êsse bonito volume. Se essa magnífica recopilação peca em alguma coisa, é justamente pela supressão de todo choque violento. As atas das sessões estão cheias de elogios aos congressistas. Não se poderia esperar outra coisa da cortesia espanhola. Mas nós, que estamos acostumados a polêmicas com adversários de má fé, teríamos preferido inquirições mais profundas. Uma das poucas vêzes em que as opiniões não estiveram tôdas de acôrdo foi quando o Padre Francisco Mateos apresentou o seu trabalho: **El despotismo ilustrado y la independencia de América (antecedentes de la emancipación en el Río de la Plata)**. O reverendo jesuíta sustentou que há certo fatalismo na independência da América:

“tôdas as colônias... vão acabando por afrouxar os laços que as unem com a metrópole”.

Não acreditamos nesse fatalismo, mas concordamos, com Mateos, que a doutrina católica não deve ser contada entre as causas da independência americana. Esta teoria, com as suas amplas variantes, foi exposta por historiadores como Marius André, que não sabem o que dizem. O Padre Mateos tem muita razão, quando afirma que o catolicismo ensina que as formas de govêrno pertencem ao direito humano; que a sociedade civil pode escolher a que mais lhe convier; e que pode criar uma outra autoridade, quando falte a investida.

“Mas, o que êle não ensina é que, ao faltar aquela, possa sociedade e dividir-se. Tal teoria poderia servir de justificação para os separatismos basco e catalão; e, com a mesma justificativa, poderiam Huelva ou Múrcia afirmar que, em virtude da soberania popular, tinham o direito de romper a unidade política da Espanha. E êste era o caso do mundo hispânico, logo após a abdicación de

Bayona. Faltando a autoridade, puderam criar uma outra, mas não romper a unidade do império cristão-hispânico, baseando-se, precisamente, em uma doutrina católica”.

De fato, o rompimento com a Mãe Pátria não foi feito com base em nenhuma doutrina católica; e os que sustentam teses favoráveis ao catolicismo, apenas demonstram uma grande ignorância. Este sábio jesuíta explicou muito bem, pela primeira vez nestes estudos, o que pode ser atribuído aos fundamentos católicos, e o que não pode, de nenhum modo, ser-lhe atribuído. O tomismo, da mesma forma que o rousseunismo serviram para que os povos hispano-americanos atribuíssem o governo ao próprio povo, mas não para se separarem da Espanha. O que provocou a separação foram outras causas, que muitos historiadores não querem reconhecer, ou que, simplesmente, preferem ignorar: a guerra civil que surgiu entre os partidários das Juntas locais de governo e os partidários do Conselho de Regência, quando do cativo de Fernando VII. A doutrina suareciana, que atribui a Francisco Suárez, o teólogo máximo da Companhia de Jesus, a fórmula da independência, divulgado pelo historiador espanhol Giménez Fernández e repetida, sem nenhuma análise, na Argentina, pelo Padre Guillermo Furlong e outros imitadores, não só é imprópria como, no caso americano, é falsa, pois Suárez não afirma, em nenhum caso, aquilo que os seus admiradores contemporâneos supõem. O Padre Mateos, jesuíta, ensina uma grande verdade aos historiadores hispano-americanos:

“Esta tese da influência suareciana pode ser agradável ao gosto de muitos indivíduos das repúblicas irmãs de além-mar, mas não o é tanto na Península, onde, aos católicos, é difícil admitir que se pretenda justificar a divisão de um império cristão hispânico, que poderia preencher um grande papel nos tempos modernos, precisamente pela influência de doutrinas, tipicamente, católicas”.

Errou, contudo, o Padre Mateos ao atribuir o drama da emancipação a movimentos de índios e de mestiços, e em considerar a expulsão dos jesuítas como uma das principais causas desse movimento. O venezuelano doutor Cristobal L. Mendoza chamou a sua atenção para esse fato, lembrando argumentos muito bem achados. Com efeito, lembrou que, na Venezuela, os mestiços foram, antes contra a independência, do que a seu favor. Também o sr. Giménez Fernández, autor do opúsculo **Las doctrinas populistas en la Independencia de His-**

panoamérica, também se levantou contra as idéias do Padre Mateos, mas a sua objeção não foi eficaz. O Padre Mateos admitiu que certos movimentos indígenas não tinham nenhum fim separatista, e voltou a repelir a influência da doutrina suareciana, com argumentos lógicos e justos. Disse:

“Nego completamente que haja ligação lógica entre a doutrina católica e o pensamento dos emancipadores. A razão disso é o seguinte: a doutrina católica afirma que as formas de poder independentes pertencem ao direito humano, e que, quando falta a autoridade, a sociedade não necessita de nenhuma força exterior para criar outra autoridade. Esta é a doutrina católica. Mas, se a sociedade, quando lhe falta a autoridade, em vez de criar outra, pode suprimi-la, isso não é a doutrina católica. Portanto, filosoficamente, eu nego a influência da doutrina suareciana; mas, historicamente não o faço, porque conheço muitos fatos”.

Repetimos que concordamos **in totum** com as idéias do Padre Mateos. O catolicismo, de modo algum, criou as novas nações americanas. Isso só pode afirmar, voltamos a repetir, quem confunda o catolicismo com a filosofia tomista ou rousseauiana, ou quem não saiba interpretar corretamente o teólogo Francisco Suárez, ou, ainda, que, por causa de um servilismo intelectual e pessoal, as opiniões de certos mestres. Mas, como acabamos de ver, autoridades como o Padre Mateos, não defendem essa idéia. Outro especialista nestes assuntos, especialmente no aspecto jurídico, o eminente professor espanhol García Gallo, esclareceu o debate, explicando que é necessário distinguir dois aspectos nos problemas da independência: o que se refere aos motivos, às causas da independência, ao que a torna possível, porque cria um ambiente especial, e o que se refere às formas jurídicas, aos fundamentos e razões de caráter jurídico, que podem dar uma consolidação jurídica aos motivos e causas mencionados.

E' indiscutível que os especialistas espanhóis demonstraram, muitas vezes, um conhecimento superior ao dos americanos, em relação ao grande problema da independência. Os americanos mostraram-se demasiado aferrados à velha escola do heroísmo, das lutas de raças, das necessidades econômicas e outros argumentos de essência escolar, argumentos que, no máximo, poderiam alinhar-se entre as causas que prepararam o ambiente propício para a independência, mas que não provocaram, em nenhum caso, essa independência. A separação desses aspectos, tão bem colocada pelo professor García

Gallo, e acêrca da qual insistimos há um ano sem encontrar eco entre os nossos colegas, é semi-desconhecida na América, onde a inércia intelectual e a falta de plasticidade mental daqueles que só conhecem os velhos ensinamentos faz com que seja quase inútil qualquer tentativa de renovação intelectual. Não obstante, acreditamos ser um dever patriótico insistir a respeito da necessidade de estudar e aprender novos métodos de investigação, para progredir um pouco, na América, acêrca de um dos maiores feitos da história moderna. Sabemos muito bem que ataques ou silêncio nos preparam o ceticismo ou a indiferença de muitos colegas eminentes. Nada importa. O professor García Gallo, na sessão de 4 de outubro de 1949, tornou a considerar as suas idéias, já expostas, e leu o seu trabalho: **El Derecho indiano y la Independencia de América**, um trabalho realmente notável pela justeza e clareza da exposição. Na América, a independência apareceu como uma consequência do rompimento do contrato que existia entre o povo e o rei, rompimento êsse que foi provocado pela tirania de Fernando VII. Foi o que explicamos, quando divulgamos as razões que os teólogos da Argentina expunham, desde 1810, nos seus sermões. O amor à liberdade, que existia na América, fêz com que o povo não aceitasse a tirania fernandina, e impediu qualquer tentativa de acôrdo. Em algumas regiões, foi admitida a validade da abdicação e, rompido o contrato por culpa do rei, o povo recobrou a sua soberania e proclamou a sua independência; em outros lugares, a renúncia de Fernando foi considerada nula e o povo entregou o govêrno a Juntas provisórias, até que Fernando voltou e outros fatos e outras situações surgiram. Em outras partes explodiram rebeliões que se resumiram em convocações de Congressos.

Sôbre estas conclusões de García Gallo pode-se basear a mais ampla compreensão do problema da independência americana, mas nem todos os historiadores do Novo Mundo têm a mesma opinião. Alguns acrescentam pormenores, que podem-se classificar entre as causas criadoras do ambiente que aceitou a separação da Espanha. O peruano Victor Andrés Belaunde, conhecido por seus sábios estudos, fêz o elogio dos Cabildos, os germes da independência, na sua opinião; mas essa é uma tese que só aceitamos com muitas limitações e explicações. Em compensação, é exata a observação de que a soberania deixou de ser do rei, para passar a ser dos Cabildos, tão logo se deu a ruptura do contrato com o soberano. A desintegração se fêz por meio de pronunciamentos dos Cabildos. No Rio da Prata e na Venezuela as nações se formaram por meio

da união dos Cabildos. A livre determinação da soberania municipal, conclui o doutor Belaunde, é que levou à independência. Poderíamos acrescentar a essas afirmações do doutor Belaunde o fato, pouco conhecido, de que, em 1808, em Buenos Aires, Martin de Alzaga projetou tornar independente o Vice-Reinado do Rio da Prata, por meio de um congresso, que deveria reunir, naquela cidade, delegados de todos os Cabildos. Esse é um fato que confirma, **a priori**, a observação do destacado historiador peruano. E' preciso esclarecer, como o fez o professor García Gallo, que os Cabildos americanos, da mesma forma que os espanhóis, não tinham funções ou atribuições judiciais, ainda que um alcaide — o de Móstoles — tenha sido a primeira pessoa que lançou o brado de guerra contra Napoleão. Uma causa é o verdadeiro poder de que dispunham os Cabildos; outra são os atos que, às vèzes, atreviam-se a realizar, por resolução dos seus membros. Por incrível que pareça, êsses esclarecimentos não foram suficientes para convencer todos os delegados. Alguns, como o historiador chileno Júlio Alemparte, excelente conhecedor da história dos Cabildos, declararam-se contrários às explicações do professor García Gallo e sustentaram que foram

“os Cabildos que proclamaram a independência, de acôrdo com o povo”,

confundindo, assim, o não-reconhecimento do Conselho de Regência — sustentado, em 1810, por alguns Cabildos, ao mesmo tempo que juraram fedelidade a Fernando VII — com a verdadeira independência política, declarada em congressos, que nada tinham a ver com os Cabildos.

Nesse ponto, o sr. Rodolfo Argulo, da Nicarágua, com a sua indiscutível perspicácia, fêz notar que a livre determinação dos povos, tão elogiada pelo peruano Belaunde, não poderia ser a causa específica da revolução hispano-americana. Não foi ela que gerou a independência. Na sua opinião, quando ela se declarou, ainda não estava formada a consciência nacional do povo hispano-americano. A consciência nacional ainda estava em formação, como o prova o fato de os povos hispano-americanos ignorarem que se encaminhavam para a independência e de, ao contrário, manifestarem a sua adesão a Fernando VII, quando souberam que a Espanha tinha sido invadida por Napoleão.

Não sintetizamos outros comentários, ou discussões, relativos aos assuntos expostos. Assinalamos os mais finos e acertados, os que, realmente, introduzem conceitos novos, novas

maneiras de considerar o problema da independência americana. As opiniões contrárias manifestadas não passaram de negações arbitrárias, ou de manifestações de uma cultura atrasada. Alguns congressistas, acertadamente, declaram-se contrários à idéia de que a Revolução Francesa exerceu influência nas origens da independência americana. Em compensação, outros, ao se referirem ao Rio da Prata, por exemplo, cometeram a ingenuidade de continuar apresentando, como nos textos para crianças, as invasões inglesas e a invasão francesa como causas ocasionais da independência. Os partidários dessas teses, além disso, acreditam, com a ingenuidade dos historiadores de há um século, que adotam os métodos das ciências naturais, que

“a revolução (que revolução?) poder-se-ia ter adiantado ou atrasado (sic), mas que, no fim, acabaria por surgir, por causa das razões inevitáveis da causalidade (sic), através destes séculos” (!).

Outro historiador, o sr. Júlio Ycaza, da Nicarágua, interveio no debate, trazendo argumentos um tanto afastados das verdadeiras causas da independência. Na sua opinião,

“o feudalismo, transportado para a América pela mentalidade medieval dos conquistadores e pela política dos reis nas conquistas e descobrimentos americanos, implantou-se firmemente na América. por causa da sua semelhança com as instituições sociais e políticas dos indígenas (**textual!**). Esta dupla raiz, espanhola e indígena, fortaleceu o feudalismo americano de tal modo que lhe permitiu enfrentar vitoriosamente o centralismo da monarquia espanhola, até chegar à independência”.

Como se vê, para êsse autor não existiu a invasão napoleônica, a renúncia dos reis da Espanha, o rompimento do contrato entre o povo e o soberano, tôdas as conseqüências decorrentes desses fatos, a luta entre os partidários do sistema das Juntas e os do Conselho de Regência, etc.

Em compensação, um historiador espanhol, o padre jesuíta Conancio Equía, depois de reconhecer, com plena justiça, que

“peninsulares e crioulos estiveram sempre, íntima e substancialmente unidos, e, assim, os encontrou a emancipação”,

supõe que surgiu uma querela contra a Espanha por causa da terrível expulsão dos jesuítas e que, nem bem consolidada a independência, peninsulares e crioulos,

“como bons filhos da sua mãe, a Companhia, ajudaram a dissipar a injusta “lenda negra” contra a Mãe Pátria, a Espanha; e, dêsse modo, separaram-se, com mais justiça, as verdadeiras causas da emancipação”.

A importância atribuída à expulsão dos jesuítas só encontrou eco entre os historiadores não-especializados, e se reduziu a afirmações superficiais, tão vazias como as que ainda mencionam a falta de liberdade de comércio, a má administração, a inferência do Enciclopedismo e da Revolução Francesa. Para não ferir susceptibilidades, passamos por alto as opiniões dos que vêem na expulsão dos jesuítas uma das causas da independência da América, verdadeira lenda, que nenhuma relação tem com os planos do jesuíta Viscardo y Guzmán, que foi brilhantemente destruída, entre os estudiosos, pelo sério e documentado historiador jesuíta Miguel Batllori.

Interessante, mas não correta, é a suposição de alguns historiadores, que vêem uma rivalidade comercial entre Bilbao e Cádiz, na intervenção de muitos bascos na independência da América. Os bascos que intervieram na independência agiram por causa dos seus ideais políticos de caráter liberal, e não por rivalidades comerciais. Êste é um fato, que quase não admite discussões.

O antagonismo entre espanhóis e crioulos foi sustentado, entre outros, pelo sr. Federico Gómez de Orazco, mexicano, que admitiu também a penetração enciclopedista. A respeito desta famosa penetração temos a declarar que muito se fala dela, mas que pouco se prova. Não basta afirmar que existiu. E' necessário, em cada caso, provar documentalmente a sua existência, sob pena de ser sempre duvidosa e discutível. Podemos, por exemplo, recordar o caso de Rousseau, no Rio da Prata. Um investigador da filosofia nessas regiões sustentou que o **Contrato Social** de Rousseau só foi conhecido, em Buenos Aires, depois do dia 25 de maio de 1810, mercê da tradução reimpressa por Moreno. Segundo êste autor, as menções a Rousseau, em documentos anteriores a 1810, as citações da existência de obras do mesmo autor em bibliotecas particulares, da mesma forma que anotações ao **Contrato**, sem o aditamento de **social**, referem-se a qualquer outra obra de Rousseau, ou a qualquer outro contrato e, nunca, ao verdadeiro **Contrato Social**, porque esta obra, com o seu título completo não apareceu em nenhum lugar, antes de 1810. Nada poderia ser feito contra esta obsessão, sem dúvida arbitrária, mas que tinha a seu favor, o argumento definitivo de que o título tão buscado não era encontrado por ninguém. Foi preciso que des-

cobrissemos a citação do **Contrato Social** de Rousseau, nas lições do presbítero Medrano, de 1793, com capítulo e página, para que fôsse reconhecido, de um modo inquestionado, que essa famosa obra era lida, comentada e discutida em Buenos Aires, desde dezessete anos antes do dia 25 de maio de 1810. E' preciso fazer demonstrações iguais em todos os casos em que se fala de penetração enciclopedista, porque, do contrário, corre-se o risco de não se provar o que se supõe evidente.

O sr. Gómez de Orazco ficou impressionado pelo fato de os índios, tanto no México, como nas regiões circunvizinhas — e o mesmo poderia ser dito do resto da América — terem sido, em sua quase totalidade, fiéis ao rei da Espanha. O Padre Cesareo de Armellada, da Venezuela, por sua parte, sustentou abertamente no seu trabalho **Los índios y la independencia de Venezuela** que o índio não tomou parte ativa na independência, e que o próprio Bolívar afirmava que

“o índio não era inimigo de ninguém, e que unicamente a sua apatia era a causa da sua situação”.

Em geral, os congressistas bem informados concordaram em reconhecer que a idéia da independência, nos anos da sua concretização, não existia entre os índios nem entre o povo em geral, tendo sido própria de grupos pouco numerosos. Em compensação, não foi possível chegar a conclusões concretas, no que se refere à verdadeira importância da maçonaria nas origens da independência. Devemos confessar que não existem estudos completos nem definitivos a respeito do problema da maçonaria, e que abundam as fantasias.

Uma contribuição independente, e, na realidade, livre de preconceitos, foi a do sr. Sérgio de los Reyes, chileno: **La sociedad chilena en la independencia**. Na opinião dêsse autor, a Revolução Francesa não exerceu influência nos movimentos chilenos de 1810. O povo não lia, e os chilenos queriam governar-se a si próprios, mas debaixo do reinado de Fernando VII. Mais tarde, inclinaram-se para a independência. As teses históricas democrático-liberais foram criadas posteriormente por estudiosos do século XIX. Outro trabalho do sutil historiador chileno Jaime Eyzaguirre destacou a transcendência das doutrinas populistas, como as de Francisco de Vitória e outros, que ensinavam ao povo que êle era a fonte do poder, recebido de Deus e delegado ao rei. O choque destas idéias, com as absolutistas, é que levou à independência.

A reação contra Napoleão, como uma causa da independência, foi sustentada pelo historiador mexicano Alberto Es-

calona Ramos; mas êsse destacado estudioso cometeu o engano de acreditar que as idéias modernas, preparatórias dos sentimentos nacionalistas, penetraram na América por obra dos jesuítas, e que elas se desenvolveram depois da sua expulsão, em 1767. Admitiu, também, a influência da Revolução Francesa e da independência dos Estados Unidos, fatos que, como é sabido, nenhuma influência tiveram na América. Estabelecida a discussão, o sr. Escalona Ramos reconheceu que a influência foi dos enciclopedistas e não da Revolução Francesa. Não nos deteremos a respeito da penetração da Idade Média na América, porque êsse ponto não foi tratado suficientemente.

A princesa Carlota Joaquina foi estudada pelo professor espanhol Carlos Seco Serrano. Na sua opinião, a Princesa jamais aspirou o trono do Rio da Prata; pretendeu, apenas, defender os direitos do seu irmão, Fernando VII. Os documentos que divulgamos não confirmam exatamente essa conclusão do respeitado professor espanhol. Na nossa opinião, o que é indiscutível, é que inúmeras pessoas em Buenos Aires pensaram nela, ou no seu irmão, o infante D. Pedro, para governar o Vice-Reinado do Rio da Prata.

O professor mexicano Carlos Sánchez Navarro defendeu o **Carácter de Guerra Civil de la Guerra de Independencia de la Nueva España**. Poucos congressistas perceberam a verdade desta tese, com a qual concordamos inteiramente. O professor Sánchez Navarro destacou a diferença que existiu entre a guerra na Nova Espanha e no resto da América, a intervenção da maçonaria, e a fidelidade do povo a Fernando VII. Em resumo, na Nova Espanha, a guerra não assumiu, em nenhum momento, um caráter nacionalista, mas foi uma verdadeira guerra civil,

“culminada no fato representativo de que, quem abandonou o México, levando a bandeira vermelha e amarela, foi um crioulo e os que entraram triunfalmente na cidade, com a bandeira tricolor, foram três espanhóis”.

As idéias políticas é que dividiam os homens, não os sentimentos nacionalistas.

Na sessão de encerramento, o sr. Gonzalo Zaldumbide, delegado do Equador, expôs a grande verdade de que a língua une todos os americanos, mas que, quando se afirma isso,

“deixamos sem definição as coisas que caracterizam verdadeiramente o que é uma língua”.

A língua espanhola, continuou o sr. Zaldumbide, é o nosso “tesouro espiritual por excelência”.

De acôrdo, mas êsse elogio pode ser reclamado por todos os idiomas. A língua espanhola pode ser, para nós, tão bela quanto se queira, mas não se diferencia de outras línguas no que se refere ao seu conteúdo, porque êstes podem variar no infinito, de acôrdo com os pensamentos dos que as falam. O idioma espanhol pode encerrar as idéias que levaram à Inquisição, da mesma forma que as que conduziram à mais formosa Liberdade. Falavam a mesma língua os que defendiam o absolutismo de Fernando VII e os que lutavam pelos direitos naturais do homem e pelos governos autônomos. No seu discurso de encerramento, o delegado peruano, Victor Andrés Belaunde, fêz outra afirmação exata:

“A independência da América deve-se contemplar, como afirmam as conclusões, no processo espiritual de Espanha... porque foi a Espanha que nos deu os elementos que constituem a nacionalidade e deu a idéia da pessoa humana, ao redor da qual tem girado a civilização. Nenhum povo tem pensado tanto sôbre o conceito da pessoa, que devemos a Santo Agostinho, quanto o povo espanhol, com os teólogos espanhóis, porque, como disse antes, foi a Espanha que nos legou o conceito da família...”.

Mais adiante, acrescentou:

“A Espanha nos legou êsses Cabildos, que foram a cunha da liberdade, mas também nos legou algo mais — o sentimento majestoso da justiça”.

A justiça deve estar sempre acima do Estado e não êste acima da justiça.

Muitas foram as conclusões do Congresso, mas, como ocorre em todos os congressos, o tempo demonstrou que ficaram no ar. A mais acertada é a que declara:

“no estado atual das investigações e conhecimentos históricos, é impossível formular, com característicos definitivos, uma teoria geral a respeito da Revolução Americana e da Independência da América, que dela decorreu”.

Foi a mais acertada para escapar do impasse, no Congresso, mas não nos estudos históricos. O Congresso reuniu estudiosos de altos méritos, que apresentaram trabalhos dignos dos maiores elogios, que representam, realmente, um progresso nos conhecimentos históricos e ideológicos, relacionados com a independência americana; contudo, compareceram também pseudo-intelectuais, delegados que se aproveitaram do pretext-

to do Congresso para fazer uma excursão turística à Espanha e que, nos seus países não desfrutam, por certo, a autoridade que, durante alguns dias, exibiram no Congresso. Foram êses historiadores, de segunda e terceira ordem, que, com as suas afirmações, respeitadas por causa da cortesia que predominou em tôdas as reuniões, impediram que se chegasse a resultados verdadeiramente superiores e livres de preconceitos. Êsse é o defeito de todos os congressos. Ou se chega a discussões, em que a maioria de intelectuais superficiais sai triunfante, ou se aceita, cortezmente, tôdas as opiniões, e o congresso se dissolve, com um eco de elogios recíprocos, que são logo esquecidos. Êste Congresso, como vimos, teve de declarar que

“é impossível formular, com característicos definitivos, uma teoria geral a respeito da Revolução Americana e da Independência da América, que dela decorreu”.

Nesta declaração está contido um grande engano, impôsto pela maioria dos estudiosos superficiais e atrasados: o conceito de Revolução contra a Espanha, monstruosidade tão antiga como a Lenda Negra da Independência. Poucos foram os historiadores que reconheceram que a independência da América não nasceu de uma fabulosa revolução, mas de uma guerra civil. A compreensão de uma guerra civil implica estudos amplos, que os historiadores formados nos círculos estreitos e ignorantes de um ensino local e atrasado não fazem, ou não são capazes de fazer. Os que estão em condições de segui-los, não querem renegar as suas velhas idéias, e por simples razões de amor próprio, apêgo a outros mestres ou instituições, temores de represálias intelectuais ou de perder empregos, negam-nos, e para conservar o seu ganha-pão conservam também os seus pobres e mortos erros.

As causas mais importantes estudadas no Congresso foram as que menos importância exerceram nas verdadeiras origens da Independência Americana a:

“difusão das teorias enciclopedistas francesas”,

que muito pouca transcendência tiveram na realidade, em comparação com as teorias jurídicas tradicionais, teológicas e políticas espanholas, perfeitamente conhecidas por qualquer funcionário ou estudante universitário americano; a

“hegemonia de mando dos espanhóis peninsulares, provocando o ódio dos crioulos”,

que não passa de uma semi-lenda; os

“graves erros da política seguida pela Península e a sua decadência política mundial”,

que, no máximo, puderam ter tido alguma importância na formação do partido liberal e da oposição, de espanhóis e americanos, ao governo do favorito Manuel Godoy; a

“agitação provocada pela Inglaterra e pela França, desejosas de destruir, em proveito próprio, o império espanhol”,

que, da parte da Inglaterra, não existiu e que, da parte da França, apenas avivou a adesão à Espanha;

“o forte individualismo da raça hispânica”,

que nada tem a ver com as idéias que levaram à guerra civil e à independência; e

“a reação dos povos pré-colombianos”,

que sempre foram favoráveis a Fernando VII.

Como vemos, as seis causas estudadas têm pequena relação com as autênticas forças e razões, que produziram a independência. E' de se lamentar que uma reunião tão brilhante de estudiosos tenha chegado a conclusões tão distantes da verdade histórica. Como dissemos, a causa dêsse desvio deve ser procurada na preparação insuficiente de muitos congressistas. Neste fato, reside a mais útil conclusão do Primeiro Congresso Hispano-Americano de História. Mostrou-nos que os historiadores, especialmente os americanos, não estudaram a fundo os problemas da independência; ainda não compreenderam o seu verdadeiro caráter e continuam adstritos às crenças, tôdas falsas, de mais de um século: o ódio de raças, as conspirações separatistas anteriores a 1810, os problemas econômicos, as influências da Revolução Francesa e dos Estados Unidos, os interesses da Inglaterra, e outras pseudo-forças históricas, que nenhuma relação têm com o verdadeiro problema da independência hispano-americana.

Os resumos dos trabalhos apresentados ao Congresso, publicados, quase todos, num mesmo volume, dão uma idéia das opiniões defendidas pelos estudiosos, que pessoalmente, ou por meio dos seus trabalhos, aderiram ao Congresso. Por exemplo, Franc Koren supõe que as idéias da Revolução Francesa não penetraram

“tanto as minorias dos crioulos cultos, quanto a massa popular e a classe menos ilustrada”,

opinião que seria mais aceitável se afirmasse o contrário. Roldolfo Argüello Vivas acredita que

“as idéias da Revolução propagaram-se com muito maior amplitude e intensidade do que as doutrinas espanholas... As idéias de revolução atravessaram os mares e voaram por todo o Continente, como o pólen dispersado pelo furacão” (sem comentários).

A respeito das idéias da Revolução Francesa, o mesmo autor acrescenta:

“deve-lhe a América Espanhola o estar, hoje, mergulhada no abismo da democracia liberal...” (também sem comentários).

José Bravo Ugarte, S. J., mais bem informado, estuda a influência do liberalismo em geral, aceita, também, a penetração das idéias francesas e a grande importância da maçonaria; quer dizer, concede importância extrema àquelas causas que inspiram temor à sua Ordem, mas não às verdadeiras causas da independência americana. Filipe Tena Ramirez conhece a evolução das idéias políticas na Espanha, a opinião do liberalismo e o absolutismo. Fêz, na sua demorada exposição, observações históricas, que são dignas de figurar em estudos especializados e de ser divulgadas em manuais. Por exemplo: destaca o fato de que Cortés, ao encontrar-se em um ponto onde não havia nenhuma autoridade americana e só existia a do rei, assumiu a direção da conquista apoiado pelos seus soldados, convertidos em vizinhos de uma cidade recentemente fundada. O primeiro Cabildo da Nova Espanha pôde agir assim, porque o monarca estava “ausente” e o povo era a fonte do poder. Em 1808, o Cabildo do México adotou resoluções iguais, por se achar prisioneiro o rei. Com outras palavras: os Cabildos americanos, que imitaram o acontecido na Espanha, agiram como o primeiro Cabildo, que entregou o seu poder a Hernán Cortés. E’ uma pena que, depois destas atiladas observações, afirme que

“o país independente nasceu sobre um vazio histórico”,

e que, entre todos os fatores que atuaram na eclosão da revolução mexicana,

“o desenvolvimento e a difusão mundial das idéias da Revolução Francesa foi o fator mais decisivo na produção dos acontecimentos imediatos”.

O mesmo autor, felizmente, ao querer demonstrar o que afirma, limita-se a mencionar os princípios expostos por Rousseau no **Contrato Social**, do ano de 1762, que nenhuma relação tem com a Revolução Francesa; logo depois acrescenta que, salvo o caso do frei Juan Ramirez de Arellano, processado pela Inquisição, nenhum outro precursor mexicano interessou-se pela independência dos Estados Unidos. Em compensação,

“é possível descobrir que no pensamento dos crioulos mais do que a de Rousseau, influiu a teoria do eminente jesuíta espanhol Francisco Suárez”.

De fato, cita o exemplo do Padre Servando Teresa de Mier, que, em algumas oportunidades, baseou-se em Soto e Suárez. Esquecida a Revolução Francesa, explica que a doutrina crioula da independência difere da norte-americana porque a primeira a baseia no desaparecimento do rei — doutrina suareciana — ao passo que a segunda — doutrina de Locke — baseia-se na perda de confiança depositada no poder legislativo ou executivo. Filipe Tena Ramirez fez mal em chamar doutrina suareciana uma doutrina que tem muitos outros autores. Julio César Raffo de la Reta é outro estudioso, que acredita terem as doutrinas da Revolução Francesa chegado à América. Além disso, acredita em causas permanentes e em causas remotas. Entre as primeiras coloca

“os acontecimentos universais, como consequência das transformações sofridas pelas artes e indústrias, e as descobertas científicas...”.

Ricardo Levene repete velhos chavões, mas, por outros trabalhos da sua autoria, ficamos sabendo que não acredita na influência da Revolução Francesa. Guillermo Hernández de Alba admite as famosas influências revolucionárias francesas e algo mais: o movimento dos Comuneros, desde 1782. Reconhece, também, uma purificada herança hispânica. Guillermo Furlong, com justa razão, nega a influência da Revolução Francesa e defende o princípio de que, na ausência do monarca, é o povo que confere o poder ao governante. Rompido o contrato social, que unia o povo ao soberano, aquê tem a liberdade de entregar o govêrno a quem lhe agrade. Furlong supõe que êsse contrato social não é o de Rousseau, mas o de Suárez, com o que incide em grave êrro, que já repu-

tamos em outras publicações. Francisco Mateos, jesuíta, aceita a influência dos enciclopedistas, como uma causa da independência, no Rio da Prata. Admite outras causas, como a espantosa lentidão burocrática, mas, na sua opinião, foi a expulsão dos jesuítas que tornou possível a importação das idéias libertadoras da Revolução Francesa. Essas idéias, concentradas na Universidade de Chuquisaca, logo passaram a alimentar os futuros próceres da independência. E' certo, mas o Padre Mateos não deve esquecer a enorme influência que o tomismo exerceu nesses mesmos líderes. Além disso, é preciso esclarecer que a difusão das idéias enciclopedistas não foi uma consequência da Revolução Francesa, mas da natural expansão da cultura espanhola. Em compensação, outro autor, Alberto Escalona Ramos, afirma que

“as idéias dos últimos pensadores franceses do século XVIII, como Rousesau e Voltaire, não foram as causas diretas da Independência da América Espanhola, como, em geral, se crê...”.

A Inglaterra e os Estados Unidos haviam fomentado o processo de desintegração.

E' fácil perceber que os autores que falam da Revolução Francesa, freqüentemente, confundem os seus princípios, com os dos enciclopedistas. Essa confusão é muito lamentável e deveria ser evitada em qualquer estudo relacionado com a independência da América, porque, se é indiscutível que as idéias enciclopedistas exerceram uma influência ou, em outras palavras, foram conhecidas, estudadas e aceitas por muitos dos futuros líderes, as da Revolução Francesa, que não eram as dos enciclopedistas, não causaram mais do que horror, na América. Por outro lado, não se deve supor, como o fazem muitos autores, que as idéias enciclopedistas levaram diretamente à Independência. A única coisa que fizeram foi coincidir com as idéias tomistas e explicar aos teóricos do auto-govêrno que, rompido o contrato do povo com o rei, o povo — pela ausência do monarca, ou por êste não ter permanecido fiel ao povo — tinha a liberdade de se governar a si mesmo. Disto, à independência, há uma grande distância. Em resumo, os congressistas que se referiram à Revolução Francesa e ao movimento enciclopedista confundindo ou não êsses dois fatos — menos numerosos êstes últimos — não trouxeram nenhuma prova; limitaram-se às suas próprias afirmações; não explicaram o que diziam as tais idéias; e não demonstraram de que modo poder-se-ia uní-las às verdadeiras causas políticas, que deter-

minaram a separação definitiva da Espanha. A citação da Revolução Francesa é, em poucas palavras, um argumento de efeito, repetido por rotina, sem análise rigorosa, por estudiosos que têm intuição das verdadeiras causas da Independência, mas que não as identificaram — porque elas devem ser buscadas em outras razões jurídicas — e, portanto, que acreditam poder encontrá-las nesse velho argumento, cada dia mais desacreditado, divorciado da história, e impossível de ser adaptado à realidade dos fatos.

Outros congressistas referiram-se a novos assuntos. Roberto I. Pena dedicou-se ao Deão Funes e à sua participação no chamado Movimento de Maio. O Deão compreendeu acertadamente o problema jurídico e político da Espanha e da América, e propôs soluções corretas, mas isso ocorreu depois de 1810. Jaime Eyzaguirre combate as velhas concepções de historiadores chilenos — e americanos — que viam no período colonial um grande período de isolamento intelectual, movimentado, apenas, pela influência oculta de Rousseau e Montesquieu. A América conheceu profundamente as doutrinas tomistas e a dos seus continuadores, os jesuítas. Mais tarde, a queda de Godoy foi o primeiro sinal da reaparição da comunidade na vida política, que propendia à atuação por meio das velhas Côrtes. Eyzaguirre acrescenta

“ou de acôrdo com os moldes liberais plasmados na Revolução Francesa”,

afirmação de que não compartilhamos. Em compensação, sobra-lhe razão quando destaca que a adesão a Fernando VII foi unânime, quando se soube, quase simultaneamente, da queda de Godoy e da traição francesa. Os primeiros pensadores chilenos sustentaram a idéia da independência apenas no caso de acontecer de a Espanha ser dominada por Napoleão, para não serem integrados numa monarquia bonapartista. Era a doutrina de Buenos Aires, nascida em 1810, e de um opúsculo madrileno, de 1808, intitulado **Política popular acomodada a las circunstancias del día**, em que se pediu o restabelecimento das Côrtes, para assegurar as liberdades diante dos desmandos do rei e dos seus ministros. A notícia da chegada de Elío, como governador do Chile, produziu descontentamento e fêz circular muitos escritos, como o **Catecismo político-cristiano**, de José Amador de la Patria, pseudônimo ainda não decifrado, em que, sôbre a base dos escolásticos espanhóis, atacava-se o absolutismo, e defendia-se o sistema das Juntas. Nesse **Cate-**

cismo sustentava-se uma teoria tomista e rousseauniana que afirmava:

“O povo, que delegou aos reis o poder de mandar, pode, como todo outorgante, revogar os poderes conferidos, e nomear outros guardiões, que melhor correspondam à felicidade comum”.

E' de se notar que Francisco Suárez, citado por alguns investigadores, como a única fonte ideológica da independência, opinava que, uma vez delegado, pelo povo, o poder ao governante, o povo já não poderia retirá-lo. Este **Catecismo**, em que se expõe, nitidamente, a doutrina de Maio e da América, é, pois, contrário a Suárez, e explica, aplicado aos fatos do momento, que morto ou impedido o rei, faltando, também, a sua família,

“a autoridade volta ao povo, que a delegou... e só o povo é que tem a autoridade necessária para nomear ou instituir um novo rei, ou adotar a forma de governo, que seja mais conveniente para a sua prosperidade”.

A linha doutrinária da primeira política chilena, da mesma forma que a argentina, tira de uma só fonte — diz Eyzaguirre — a tradição jurídico-filosófica espanhola.

A sua ligação com a vida política americana do século da conquista é evidente e, por causa disso, é absurdo o gratuito afã de atribuir a sua origem aos pensadores franceses da Revolução”.

A filosofia francesa não era desconhecida, mas a sua colaboração foi modesta. Os líderes que atuaram depois de 1810 sofreram uma influência roussoniana maior, mas não foram eles os autores dos primeiros passos da autonomia chilena. Esta distinção é indispensável para compreender a importância das diversas fontes ideológicas e o seu desenvolvimento. Concordamos inteiramente com a tese de Eyzaguirre, — sustentada, aliás, por nós próprios, desde há muitos anos, embora com outros argumentos — no que concerne ao Rio da Prata. O estudo do eminente historiador chileno foi um dos melhores apresentados no Congresso.

Os **comuneros** do Paraguai só foram citados por um destacado historiador panamenho: Ernesto J. Castillero. R. José de Antequera Enríquez y Castro e Fernando Mompó y Mayas nasceram no Panamá, capital do Reino da Terra Firme. E' por isso que Castillero se ocupa das suas vidas. Eles defenderam

o grande princípio tomista e roussoniano de que o povo é a fonte do poder, e que pode entregá-lo a um governante, ou destituí-lo, tôdas as vêzes que julgar necessário. Antequera e Mampó não sonharam com a independência da América, mas as suas idéias emprestaram uma fôrça extraordinária ao pensamento democrático e liberal de uma grande parte da América. A sua importância não é apreciada por todos os historiadores. O próprio Castellero não aproveita, no seu estudo, a grande obra do Padre Pedro Lozano, mas faz-lhes a devida justiça histórica. Como curiosidade, anotamos o fato de que só conhecemos um caso de historiador que, movido por um sectarismo e uma ignorância impressionante, negou a transcendência de Antequera e Mampó: o jesuíta argentino Avelino Ignacio Gómez Ferreira.

Outros congressistas apresentaram motivos diferentes para explicar as origens da independência da América. Manuel Villaverde supõe que os crioulos eram os únicos que a desejavam, por causa de sua oposição aos peninsulares. Reconhece que muitos americanos militavam num campo ou no outro, sem ter muita certeza do que pretendiam, mas também está convencido de que o “partido americano” trabalhava desde há muito tempo para romper os vínculos com a Metrópole. A invocação do nome do monarca não passava de um ardid, para atrair os irresolutos e os que eram leais a Fernando VII. O que impulsionou os crioulos a desejar a independência foi

“o ódio contra o peninsular, motivado pela desigualdade de fortunas entre êstes e aquêles e pelo desêjo, apresentado pelos crioulos, de ocupar os altos cargos das províncias ultramarinas”.

Na opinião dêste autor, os crioulos

“deram mais importância, em seu fôro íntimo, ao lugar do nascimento do que ao seu sangue, e se sentiram feridos pelas pretendidas crueldades cometidas pelos espanhóis em relação aos indígenas, como se os seus ancestrais é que as houvessem sofrido”.

Esta teoria, que repelimos de um modo absoluto, apesar das interessantes observações do autor, é sustentada por muitos outros historiadores. Pablo E. Cárdenas Acosta insiste em que

“a exclusão quase total dos espanhóis americanos do exercício dos empregos públicos de maior importância, que eram, sistematicamente, confiados aos peninsulares pela

Metrópole, criou um profundo descontentamento entre os americanos, não obstante serem eles donos da maior parte das lojas negociáveis...”.

Frei Cesário de Armellada diz que os caudilhos da independência

“apenas procuravam, segundo consta das suas próprias afirmações, a abolição de certos abusos e a concessão de certos favores aos indígenas”.

outra afirmação que surpreenderia enormemente os caudilhos em causa. Felipe Tena Ramírez escreve, do mesmo modo:

“se os crioulos sentiam um profundo ressentimento contra os espanhóis peninsulares, não era menor o experimentado por êstes, contra aquêles”.

Êstes autores, e outros que expuseram conceitos semelhantes, nada mais fizeram além do que repetir as velhas teorias raciais, já desacreditadas pelos novos estudos da história das idéias, e que confundem, lamentavelmente, os problemas sociais com os políticos. Não negamos a oposição que poderia ter existido entre crioulos e espanhóis, em algumas partes da América. Também existiam oposições entre ricos e pobres, brancos, índios e negros, homens das cidades e lavradores, mineiros, comerciantes, agricultores, criadores de gado, inimigos e partidários dos jesuítas, etc. Houve oposição entre todos os grandes grupos sociais; mas, supor que ela deu vida aos problemas napoleônicos, à luta entre os defensores do Conselho de Regência e os do sistema das Juntas é mais do que uma ingenuidade; é um esquecimento inexplicável das verdadeiras causas que produziram o distanciamento, sem matizes de raças ou lugares de nascimento, entre crioulos e espanhóis partidários de um partido político e os outros crioulos e espanhóis, partidários de outro partido político. Assim, por exemplo, Alberto Maria Carreño explica que a independência da América não dependeu de uma só causa, nem ao suposto açambarcamento dos empregos públicos, pelos peninsulares. Julio Alemparte afirma que

“é um grave erro supor que os peninsulares constituíssem a classe mais alta da sociedade americana”.

Os peninsulares chegavam pobres, e não podiam ombrear-se com as velhas famílias crioulas, donas do país. Em muitas “Audiências” os seus membros eram, em sua maioria, peninsulares. Nos conventos, os crioulos superavam os espanhóis,

em número, o que fêz com que êstes, muitas vêzes derrotados nas eleições das Províncias, pedissem o auxílio do Papa, que, em 1622, ordenou que houvesse uma alteração entre Províncias crioulos e espanhóis, foi porque os primeiros sobrepujavam numéricamente os segundos e os mantinham numa verdadeira situação de dependência. Portanto, é impossível procurar nestas desigualdades sociais, em que os crioulos levavam vantagem, as causas da separação entre a América e a Espanha.

Mais certos do que os racistas, ainda que igualmente longe do verdadeiro germe do problema, estiveram os historiadores que estudaram os erros políticos do govêrno peninsular. Franc Koren insiste na lenda que atribui aos jesuítas alguma importância nas origens da independência, e assinala a situação trágica da Espanha, invadida pelos franceses. Rodolfo Argüello Vivas resume as causas da independência. Na sua opinião, são:

“os escândalos de Fernando VII e os seus abusos no poder; maus tratos inflingidos aos indios; cobiça e arbitrariedades das autoridades peninsulares na América; a independência dos Estados Unidos; as idéias de Montesquieu, que aparecem na Constituição da República do Norte e a expulsão dos jesuítas dos domínios espanhóis”,

ou seja, nenhuma das verdadeiras causas que originaram o grande feito histórico. Alberto Escalona Ramos insiste a respeito da expulsão dos jesuítas. Felipe Tena Ramírez acredita que, quando a Corôa espanhola perdeu o contrôlê absoluto do clero,

“os membros dêste encabeçaram a rebelião, ou lhe deram conteúdo”.

Os acontecimentos da Espanha, os desejos separatistas dos crioulos e o rompimento do pacto que unia a monarquia à vontade da nação teriam feito o restante. De tudo isto, o único argumento digno de consideração é o rompimento do pacto. Segundo o mesmo autor, a lealdade ao soberano havia inculcado idéias de independência. Alberto Mário Carreño vê a mesma independência nascer dos erros econômico-sociais da Metrópole; do escândalo familiar provocado por Fernando VII; da abdicação ao trono espanhol, por parte dos reis legítimos, em favor de Napoleão; das idéias de govêrno democrático e das ambições de outras potências.

Julio César Raffo de la Reta recorre aos problemas econômicos e às invasões inglêsas.

“A revolução estava no ambiente e na intimidade da vida diária”. Etc.

Trata-se da escola mais afastada das conclusões modernas, a que se chegou, nestes estudos. Carlos Cortés Vargas descobriu, na América, uma diminuição da fé, o que não acontece, certamente, com nenhum outro historiador, e afirma que

“sem êsse aquebrantamento espiritual, a independência da América Espanhola teria demorado um século”.

A invasão napoleônica teria feito o restante, opinião essa que é exata. Pablo E. Cárđinas Acosta estuda a revolução dos membros das comunas colombianas e acrescenta que

“as guerras napoleônicas, mais tarde, deram ocasião para que, ao organizar-se politicamente, as províncias de Ultramar, em vez de se submeterem a um príncipe francês, aproveitassem a oportunidade em seu próprio benefício, proclamando abertamente a autonomia e a independência”.

Como se vê, falta a exposição das verdadeiras causas jurídicas e políticas, que levaram a êsse resultado. José Sandino Arellano afirma, muito bem, aliás, que a independência foi a desintegração do império hispânico, por causa do debilitamento do governo central (falta a análise das causas que produziram êsse enfraquecimento). Em relação aos guatemaltecos explica:

“a única coisa que fizeram foi tirar a corôa de Fernando VII e entregá-la a Agustín I. Nada de ódios contra a Metrópole, porque nenhuma gôta de sangue pediu vingança, por nenhuma das duas partes”.

Há uma completa ausência das causas políticas, lutas de liberais e absolutistas, que tornaram possível essa troca de cabeças coroadas. Júlio Irazusta, produto que é da antiquada escola de historiadores argentinos, supõe que

“os colonos hispano-americanos experimentavam o desejo de emancipar-se há bastante tempo, antes, mesmo, dos colonos norte-americanos, onde apareceu por causa de pormenores insignificantes”.

Supõe que, para explicar a independência,

“fêz-se necessário um ligeiríssimo esboço de tóda a história do Império Espanhol, desde o descobrimento”;

acredita na influência da Revolução Francesa e da America-

na, mas duvida da sinceridade dos dirigentes e da quase totalidade do povo que jurou adesão ao rei prisioneiro. Em poucas palavras: trata-se de uma das mais atrasadas concepções da historiografia argentina. Carlos Seco estuda, profundamente e com acêrto, a ação da Infanta Carlota Joaquina, mas admite que Rodriguez Peña e seus amigos pretendiam a independência, com ou sem D. Carlota, afirmação essa que não pode ser provada. Carraciola Párra Pérez reconhece que os ingleses só consentiam em ajudar os seus aliados por meio da neutralidade. O Padre Pedro de Leturia, S. J., trata, com acêrto e reconhecimento, da intervenção de Napoleão e dos seus projetos de independência da América. Emílio López Oto refere-se à independência de Cuba, em datas posteriores à do Continente Hispano-Americano.

Um fato indiscutível é que aos americanos

“falta a história social e cultural dos nossos povos”.

E’ o que advertiu Júlio Icaza Tigerino.

“Os povos hispano-americanos são povos indefinidos na História”.

Mais adiante, afirmou:

“Não nos ocorrerá, jamais, comparar Bolívar com Napoleão, ou os nossos crioulos feudalistas com os revolucionários franceses”.

Icaza encontra um fundo feudalista na vida política americana.

“O feudalismo é a raiz constante da nossa formação étnica”.

E após outras investigações; sentencia:

“A independência significou, assim, o triúfno da mentalidade feudalista-liberal crioula sôbre a mentalidade absolutista-liberal espanhola”.

Concordamos com tudo o que se refere à falta de uma história social e cultural da América, mas acreditamos que as afirmações concernentes ao feudalismo não têm fundamentos suficientes. Antes de tudo, seria necessário demonstrar que existiu um feudalismo na Espanha, fato negado pela maioria dos historiadores. Portanto, seria necessário saber a que feudalismo o sr. Icaza se refere, pois uma coisa é o feudalismo do século VI, e outra o de mil anos depois, da mesma forma que são bem distintos os que, em certa época, floresceram na Rús-

sia, França ou Escócia. Em outras oportunidades já dissemos que, quando se fala de feudalismo, é necessário especificar datas e lugares. No presente caso supomos que o autor queira se referir ao feudalismo espanhol do século XV. Pois bem, se fôr assim, é necessário, antes de tudo, estudar êsse feudalismo hispânico, que para muitos investigadores não passa de uma fantasia devida à extensão de um nome, que se referia a estados sociais do norte da Europa.

A maioria dos congressistas concordou em reconhecer que os povos indígenas da América não exerceram influência na independência. Felipe Tena Ramírez, por exemplo, explicou que:

“se, apesar das suas diferenças, os crioulos e os espanhóis se identificavam pelo sangue e pelo espírito, os índios e as costas, em compensação, pertenciam a um outro mundo”.

Os índios odiavam, tanto os espanhóis quanto os crioulos. Em muitas ocasiões os índios permaneceram indiferentes ao problema da independência, ou lutaram a favor da Espanha. Quando intervieram nas guerras, fizeram-no para se vingar dos brancos. Tudo isso está muito correto. J. Vicente Ugarte del Pino, procurou demonstrar que a independência peruana não começou em 1821, por obra dos argentinos, mas que a cultura do Perú era antiga e unida com os espanhóis. Foi um nobre esforço a favor do nacionalismo cultural peruano, mas que não tem relação com o próprio tema da independência. Frei Cesário de Armellada recordou que, na Venezuela, os índios fugiram para as selvas, quando se quis que êles combatessem pela independência.

Êste grande Congresso Hispano-Americano demonstrou, antes de tudo, que, entre os historiadores da Espanha e da América, existe uma imensa desorientação em relação às origens da independência do Novo Mundo Hispânico. As teorias mais atrasadas e errôneas compareceram lado a lado com os descobrimentos mais recentes e renovadores. A hospitalidade e a cortesia dos dirigentes do Congresso foram as mesmas para todos, mas as atas do Congresso e os resumos dos trabalhos apresentados permitem conclusões definitivas. Resultou dêsse Congresso a descoberta de uma grande verdade: infelizmente, são muitos os historiadores americanos, especialmente argentinos, que mantêm, com amor e patriotismo, erros indiscutíveis, preconceitos históricos dignos de compaixão, que causam dano à história nacional e às suas reputações intelectuais. Há

teorias que já não podem ser expostas, porque os documentos descobertos e as comprovações históricas críticas já os expulsaram totalmente dos estudos sérios. A imaginária influência da Revolução Francesa, a confusão entre essa revolução e as idéias dos enciclopedistas, as supostas causas econômicas e sociais, e a existência de planos separatistas muitos anteriores a 1810, sem mencionar os trabalhos secretos de jesuítas, maçons e ingleses, para dar independência aos americanos, são temas que só podem ser estudados na história das teorias históricas ou dos argumentos com que os historiadores de cem ou cinquenta anos atrás pretenderam explicar fatos que ignoravam completamente. Tão pouco podem ser lembradas, para discussão, a influência das invasões inglesas, dos índios e das revoluções dos membros das comunas da atual Colômbia. Não obstante, de permeio com tantos erros, ingenuidades e verdadeiros desconcertos intelectuais, houve descobrimentos, críticas e observações, que merecem um alto respeito e que penetram, com indiscutível proveito, nas nossas correntes históricas. De fato, o Reverendo Padre jesuíta Francisco Mateos tem muita razão quando sustentou que nenhuma doutrina católica produziu a independência da América, e que a influência de Francisco Suárez é uma fábula dos teólogos modernos. Muito justa é a observação do professor García Gallo, de que os motivos da independência, os fatos e as idéias que a tornaram possível, não devem ser confundidas com as formas de caráter jurídico, que podem fornecer uma fundamentação para as causas e as idéias mencionadas. O rompimento do contrato que existia entre Fernando VII e o povo americano foi o que devolveu ao povo a sua soberania e levou à verdadeira independência jurídica e política. Júlio Alemparte acertou, ao explicar que as famílias crioulas eram, na América, mais poderosas do que os espanhóis, que chegavam pobres da Espanha; observação que inverte a lenda de que os peninsulares humilhavam, com o seu poder, os infelizes americanos. Tiveram razão os congressistas que negaram, terminantemente, a participação dos índios — fiéis ao rei da Espanha, em sua imensa maioria, e cheios de ódios aos brancos, crioulos ou peninsulares — nas questões separatistas.

Este Congresso já é coisa do passado, mas tem uma importância especial para estabelecer o nível médio dos conhecimentos históricos relativos à independência, que existiam, em 1949, na Espanha e na América. As nossas teorias, que também foram apresentadas no Congresso, não foram refuta-

das, nem foi levantada alguma objeção séria, que nos obrigasse a retificação ou modificação. Ao contrário, encontraram sólidos apoios. A concepção da independência da América, como resultado de uma imensa guerra civil, provocada pela invasão napoleônica, entre os partidários do Conselho de Regência, que desejava governar injustamente tôda a América, e os partidários dos governos locais, enquanto durasse o cativo de Fernando VII, e a conseqüente luta, que teve lugar entre liberais e absolutistas, quando Fernando recuperou o trono, em 1814, sem falar no rompimento do pacto político, entre Fernando e o povo da América que, com anterioridade, também levou a pensar na independência, é a única que, com a sua clareza e simplicidade, permanece invencível, porque reflete a única verdade. E, como exemplo ou prova do que afirmamos, vamos citar uma opinião que, pelos fundamentos em que se apoia, supera muitas das que se fizeram ouvir no Congresso. É a do acadêmico espanhol, capitão Júlio F. Guillén, marinheiro, geógrafo e historiador de grandes méritos, cujas contribuições documentais para a história da independência americana, totalmente inéditas, tem um valor simplesmente incalculável. Guillén pôde estudar um grande número de documentos, que, sem exceção, são desconhecidos por todos os historiadores: as declarações que, ao voltar à Espanha, prestaram inúmeras pessoas, relativas ao que ocorria na América, de 1810 em diante. Estas declarações, em sua maioria coincidentes, permitem juízos seguros, contra os quais resultam inúteis e ridículas as suposições e teorias de estudiosos, que escrevem por paixão, ou simples imposição da tradição. Pois bem, Guillén, na sua notável obra: **Independencia de América. Índice de los Papeles de Expediciones a Indias. 1807-1817**, Madrid, 1953, ataca a primeira conclusão do Primeiro Congresso Hispano-Americano de História, que já mencionamos, e que diz:

“No estado atual dos investigações e dos conhecimentos históricos, é impossível formular, com características definitivas, uma teoria geral a respeito da revolução americana e da independência da América, que dela decorreu”.

A refutação é feita com palavras claras e simples, mas fortes e precisas, e resultou, como dissemos, de magníficos estudos, baseados em fontes totalmente desconhecidas pelos que se ocupam destes temas. Eis as suas palavras:

“Não estou, de todo, conforme com esta espécie de acôrdo. E, ainda que nada possa ser definitivo em matéria de investigação, creio mais, que ainda não estão se-

renados os ânimos, em certo campo das antigas províncias ultramarinas espanholas, para propor um tema, que os livros de texto vêm deformando há quase século e meio, reduzindo demasiadamente o horizonte histórico, que deveria ser amplo e preciso, para se poder projetar nele especulações estritamente científicas, sem a paixão que criou — sem discussão possível — o que poderíamos chamar **versão tradicional da emancipação americana**, transcrita integralmente nos livros nacionais — alguns já, felizmente, mutilados — cristalização lírica de uma das maiores injustiças, que registra a história, e contra a qual se rebelou Gabriela Mistral, com a sonoridade de uns versos fortes e definitivos”.

E, mais adiante, concorda de um modo geral com o resultado das nossas investigações, realizadas, durante anos, em fontes, que nem todos os historiadores conheceram:

“E, dado que a Independência Americana começou com uma guerra civil, ao mesmo grito de Viva Fernando VII, todos, de comum acôrdo, cortaram as orelhas dos emissários de Napoleão; marinheiros de guerra, que foram companheiros, em um mesmo navio, em Trafalgar, existiram nos dois campos, sem distinção de pátrias; crioulos marcharam nas fileiras realistas, da mesma forma que peninsulares lutaram com as tropas das Juntas Americanas”.

Em relação à imaginária influência da Revolução Francesa, emite seus juízos, à espanhola, que a enterram definitivamente:

“O que não existiu ali foram partidários dos franceses! Quanta tinta se gastou discorrendo a respeito da influência da Revolução Francesa!”

ENRIQUE DE GANDIA